

4. MODERNIZAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

4.1. Planejamento Estratégico

No início do ano, destacam-se atividades que versaram sobre dois aspectos centrais:

- a) a avaliação das ações de 2009, na qual se valeu das informações constantes do SIAP (Sistema Integrado de Administração Pública); e
- b) ações a serem implementadas em 2010, sobre as quais o Conselho de Gestão Estratégica delineou os projetos que seriam priorizados no ano de 2010.

Houve um pequeno atraso na implementação de ações e no delineamento do Plano de 2010, ocasionando a aprovação deste pela Presidência no 2º Trimestre.

As ações constantes do Plano de 2010 são: a) instituição e implementação da Biblioteca Virtual do TCE/SC; b) digitalização de documentos e processos (Central de Digitalização); c) adoção de ferramentas de “Business Intelligence”; d) aperfeiçoamento dos atos de pessoal no sistema E-Sfinge; e) desenvolvimento do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação do TCE/SC; f) Controle da efetividade das deliberações tomadas pelo Tribunal por meio da sistematização e informatização dos processos; g) racionalização da utilização dos recursos financeiros; h) aperfeiçoamento do Sistema de Informações Gerenciais e de Atividades do TCE-SC e i) implantação dos processos redesenhados de controle externo.

Durante o ano, a DPE empreendeu esforços para o desenvolvimento e a difusão de indicadores, bem como a regularidade do monitoramento das ações no âmbito do Comitê de Gestão Estratégica (CGE), composto pelo chefe de gabinete da presidência, assessor da presidência, diretores gerais e integrantes da Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais

4.2. Redesenho de Processos de Controle Externo

Durante o ano de 2009, com o apoio metodológico da Fundação Getúlio Vargas (FGV), foram mapeados e redesenhados 14 processos de controle externo do TCE/SC. A partir da nova proposta de fluxo processual dos processos foram elaborados manuais e criados indicadores de desempenho de cada processo.

Os relatórios técnicos também foram objeto de análise por parte dos participantes do redesenho. Para tanto, foi realizada nos dias 9 e 10 de fevereiro de 2010 uma oficina de trabalho para discutir a estrutura desta peça processual, que, no mês de

março, resultou na elaboração da estrutura geral dos Relatórios de instrução dos processos de controle externo e a estrutura de Relatório específica de seis processos [1].

No mês de março a equipe interna do TCE/SC se reuniu com a FGV para elaboração do Plano de implantação de redesenho para o ano de 2010, contemplando as etapas, o cronograma e as áreas envolvidas.

O resultado deste trabalho foi encaminhado aos integrantes do Corpo Deliberativo e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPTC).

No final do mês de abril de 2010, a equipe de redesenho apresentou ao Presidente Wilson Rogério Wan-Dall o resultado dos trabalhos, ocasião em que lhe foram entregues as propostas de manuais e modelos de relatórios técnicos com base no fluxo de cada processo redesenhado.

A equipe interna participou de duas sessões administrativas (28/04/2010 e 16/06/2010) para explicar aos Conselheiros, Auditores e Procuradores do MPTC as sugestões de redesenho de processos. E, após o acolhimento pelo Corpo Deliberativo, de ponderações dos membros do MPTC, o Redesenho foi aprovado, passando agora a ser uma atividade que prima pelo aprimoramento dos processos de trabalho do TCE/SC.

De junho a setembro, foram realizadas reuniões com a informática, os setores de apoio dos órgãos de controle, representantes dos gabinetes, e chefias da SEG para identificar os pontos de controle (início e término) de cada fase da tramitação dos processos redesenhados e divulgar a importância da padronização da utilização das finalidades de tramitação para a medição do desempenho dos processos.

No dia 23/08/2010 foi enviada à DIN uma planilha consolidando o resultado das reuniões para que fosse desenvolvido um aplicativo de medição do desempenho dos processos nesta Corte.

De outubro a dezembro, os manuais de procedimentos dos processos redesenhados foram atualizados para padronização das atividades comuns nos processos e inclusão de atividades referentes ao Pleno Digital. Também foram incluídas referências sobre a utilização de finalidade do SIPROC que devem ser usadas quando ocorre uma tramitação processual, buscando desta forma uma padronização no uso das finalidades pelas diferentes unidades do TCE/SC e conseqüentemente uma mensuração correta dos indicadores

4.3. Programa de Modernização do Controle Externo – PROMOEX



O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina é integrante do Programa de Modernização do Controle Externo de Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros - Promoex.

O Promoex tem por objetivo o fortalecimento institucional e a modernização do sistema de controle externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios, garantindo sua integração nacional e aumentando a eficiência e eficácia das ações de fiscalização e controle, com a finalidade de servir de instrumento de cidadania e contribuir para a efetiva, transparente e regular gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Este Programa conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com previsão de aplicação de cerca de US\$64 milhões, distribuídos entre todos os tribunais de contas do País. Sendo US\$38,6 milhões com recursos financiados pelo BID através do contrato de empréstimo 1628/OC-BR, firmado em 14/09/2005 com o Governo Federal, tendo como Mutuário a República Federativa do Brasil, Executor Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, subexecutores

Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Os Recursos Adicionais (local) estão assim distribuídos: Governo Federal, US\$25,8 milhões, e Subexecutores, US\$21,9 milhões.

O financiamento tem como mutuário a União, que repassa os recursos aos tribunais de contas estaduais e municipais e do Distrito Federal, por meio de convênio celebrado com o Ministério do Planejamento e Gestão.

A meta do programa é agilizar a tramitação dos processos, priorizar a modernização de procedimentos, incluindo a ampliação da informatização, e intensificar o aprimoramento do corpo técnico, a interação entre os organismos de controle público e a aproximação com a sociedade.

Em 03/04/2006 este Tribunal de Contas aderiu o referido programa através do Convênio MP/PROMOEX nº 011/2006, firmado com Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP (publicado no Diário Oficial da União nº 72, de 13/04/2006, seção 3, página 106) que previa a transferência de recursos financeiros no montante de R\$3.358.879,20 (três milhões trezentos e cinquenta e oito mil oitocentos e setenta e nove reais e vinte centavos), e como contrapartida local 40% do valor a ser transferido, ou seja, R\$2.239.252,80 (dois milhões duzentos e trinta e nove mil duzentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos), totalizando um investimento de R\$5.598.132,00 (cinco milhões quinhentos e noventa e oito mil cento e trinta e dois reais). No segundo trimestre do ano de 2009, foi assinado o 1º Termo Aditivo, com objetivo de prorrogar o prazo de execução do Programa e vigência do Convênio para 31 de dezembro de 2010, bem como alterar os valores conveniados em função da variação cambial. Assim sendo, os valores passaram a retratar os seguintes montantes:

“(.....)valor global de R\$4.020.901,50 (equivalente a US\$1.971.030,15), sendo R\$2.362.797,78 (equivalente a US\$1.158.234,21) o valor total de recursos, dividido em repasses anuais, via convênio, e R\$1.658.103,72 (equivalente a US\$ 812.795,94) o valor que o Tribunal oferecerá em contrapartida. A taxa de câmbio, para a equivalência em dólar descrita acima, é de R\$2,04 = US\$1,00, especificada na grade de parâmetros para a Programação Financeira Federal para 2009.”

Até o ano 2010, o Governo Federal repassou ao TCE/SC o montante de R\$1.772.348,91 (um milhão setecentos e setenta e dois mil trezentos e quarenta e oito reais e noventa e um centavos), ou seja, 75,01% do total previsto no convênio (R\$2.362.797,78) (aditivo).

Do total transferido já foram efetivamente aplicados R\$1.302.203,95 (um milhão trezentos e dois mil duzentos e três reais e noventa e cinco centavos), ou seja, 73,47%.

Foi encaminhado para a Direção Nacional do PROMOEX o plano de aquisição para o ano de 2011, prevendo investimentos no valor de R\$1.042.556,91 (um milhão, quarenta e dois mil), distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Recursos BID	Recursos TCE	Total
Aquisição de Bens	252.142,76	75.000,00	327.142,76
Contratação de Serviços	358.230,35	135.062,65	493.293,00
Contratação de Consultoria	134.209,80	87.911,35	222.121,15
Total	744.582,91	297.974,00	1.042.556,91

Desde o início das atividades, o Programa já aplicou recursos financeiros de forma efetiva num montante de R\$2.451.399,93 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil trezentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos), representando 62,25% do programado, sendo R\$1.302.203,95 (um milhão trezentos e dois mil duzentos e três reais e noventa e cinco centavos) dos recursos transferidos pelo BID, bem como dos resultados da aplicação financeira e R\$1.149.195,98 (um milhão cento e quarenta e nove mil cento e noventa e cinco reais e noventa e oito centavos) da contrapartida do TCE/SC.

Até o ano 2010, o Tribunal de Contas investiu o montante de R\$ 2.451.399,93 dos quais R\$.302.203,95 (Um milhão trezentos e dois mil duzentos e três reais e noventa e cinco centavos) são originários da fonte de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento e R\$ 1.149.195,98 (Um milhão cento e noventa e nove mil cento e noventa e cinco reais e noventa e oito centavos), da contrapartida deste Tribunal.

TABELA 21 - RESUMO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROMOEX POR ELEMENTO DE DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	FONTE	ORÇADO	EXECUTADO	Em R\$
				SALDO
CONTRIBUIÇÕES	TCESC	96.950,00	77.427,00	19.523,00
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	MP/BID	-	-	-
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	TCESC	-	-	-
DIÁRIAS - CIVIL	MP/BID	378.254,93	240.499,25	137.755,68
DIÁRIAS - CIVIL	TCESC	143.937,56	105.063,17	38.874,39
MATERIAL DE CONSUMO	MP/BID	111.450,77	50.293,00	61.157,77
MATERIAL DE CONSUMO	TCESC	194.309,07	78.270,13	116.038,94
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	MP/BID	240.495,16	161.728,08	78.767,08
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	TCESC	104.540,03	93.012,45	11.527,58
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	MP/BID	513.863,84	341.140,35	172.723,49
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	TCESC	165.551,51	84.378,03	81.173,48
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA FÍSICA	MP/BID	56.948,18	26.336,16	30.612,02
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA FÍSICA	TCESC	35.647,85	11.249,30	24.398,55
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURÍDICA	MP/BID	414.402,33	86.967,30	327.435,03
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURÍDICA	TCESC	307.726,58	173.259,78	134.466,80
OBRAS E INSTALAÇÕES	MP/BID	-	-	-
OBRAS E INSTALAÇÕES	TCESC	57.281,19	57.281,19	-
EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	MP/BID	647.382,57	395.239,81	252.142,76
EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	TCESC	469.254,93	469.254,93	-
SUBTOTAL		3.937.996,50	2.451.399,93	1.486.596,57
IMPREVISTOS TCESC		82.905,00	-	82.905,00
VALORES FINAIS DA CONTRAPARTIDA LOCAL E DO PROJETO		4.020.901,50	2.451.399,93	1.569.501,57
% DE EXECUÇÃO		100,00%	60,97%	39,03%

Fonte: DPE

TABELA 22 - RESUMO DA EXECUÇÃO POR COMPONENTE E SUBCOMPONENTE DO PROJETO

Em R\$

COMPONENTE/SUBCOMPONENTE	BID	TCESC	TOTAL
FORTALECIMENTO E INTEGRAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO ÂMBITO NACIONAL	100.855,85	195.406,23	296.262,08
• DESENVOLVIMENTO DE VÍNCULOS INTER-INSTITUCIONAIS ENTRE OS TRIBUNAIS DE CONTAS E DESTES COM O GOVERNO FEDERAL	9.018,70	83.496,71	92.515,41
• REDESENHO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE EXTERNO, CONTEMPLANDO O CUMPRIMENTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	64.907,97	58.744,02	123.651,99
• DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS E GESTÃO DE SOLUÇÕES COMPARTILHADAS E DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	26.929,18	53.165,50	80.094,68
MODERNIZAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS	1.153.785,11	890.929,60	2.044.714,71
• DESENVOLVIMENTO DE VÍNCULOS INTERNACIONAIS COM OUTROS PODERES E INSTITUIÇÕES DOS TRÊS NÍVEIS DE GOVERNO E COM A SOCIEDADE	75.085,26	150.811,26	225.896,52
• INTEGRAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO CICLO DE GESTÃO GOVERNAMENTAL	333.425,60	172.881,14	506.306,74
• REDESENHO DOS MÉTODOS, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLE EXTERNO	441.172,40	100.785,29	541.957,69
• PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E APRIMORAMENTO GERENCIAL	5.949,45	31.682,09	37.631,54
• DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA E DA GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	238.357,61	399.414,02	637.771,63
• ADEQUAÇÃO DA POLÍTICA E GESTÃO DE PESSOAL	59.794,79	35.355,80	95.150,59
ADMINISTRAÇÃO	47.562,99	62.860,15	110.423,14
• ADMINISTRAÇÃO	31.860,46	51.953,76	83.814,22
• MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO	15.702,53	10.906,39	26.608,92
TOTAL EXECUTADO	1.302.203,95	1.149.195,98	2.451.399,93

Fonte: DPE

4.4. Divulgação Institucional

O TCE/SC tem procurado mostrar à Sociedade a importância do controle externo, bem como a divulgação de sua missão institucional, o seu campo de atuação e suas principais ações de fiscalização. Neste sentido, destaca-se o papel da Assessoria de Comunicação (ACOM) através do envio de releases para a imprensa, produção de matérias para internet e intranet e da elaboração de livros, manuais e informativos, entre outros.

4.4.1. Comunicação Interna

TABELA 23 - MATÉRIAS SELECIONADAS PARA O CLIPPING ELETRÔNICO

Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO ESTADUAL, que citam ou não o TCE	Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO REGIONAL, que citam ou não o TCE	Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO NACIONAL, que citam ou não o TCE	Matérias selecionadas de sites e blogs, que citam ou não o TCE	Total de Matérias selecionadas
6.615	337	1.349	1.178	9.479

Fonte: ACOM

TABELA 24 - MATÉRIAS DIVULGADAS AO PÚBLICO INTERNO

Matérias publicadas na intranet	Comunicação Sistema Interno de Som	E-mails encaminhados para público interno - “Notas para reforçar matérias publicadas na intranet”
314	30	60

Fonte: ACOM

4.4.2. Comunicação Externa

TABELA 25 – MATÉRIAS ENVIADAS À IMPRENSA

Releases encaminhados	Releases aproveitados pela imprensa	Matérias publicadas decorrentes de releases
134	106	648

Fonte: ACOM

TABELA 26 - MATÉRIAS QUE MENCIONAM O TCE

Publicadas em jornais e revistas ¹	Publicadas em blogs e sites	Veiculadas em TVs ²	Veiculadas em Rádios ³	Total ⁴
738	460	77	402	1.677

Fonte: ACOM

TABELA 27 - MATÉRIAS PUBLICADAS NOS JORNAIS DO INTERIOR

Matérias que citam o TCE nos jornais do Interior	Releases encaminhados	Releases aproveitados em jornais do Interior	Matérias decorrentes dos releases aproveitados
258	134	33	105

Fonte: ACOM

TABELA 28 - MATÉRIAS PUBLICADAS POR COLUNISTAS

Notas de colunistas que citam o TCE	Releases que motivaram notas de colunistas	Notas decorrentes dos releases aproveitados
263	51	73

Fonte: ACOM

4.5. Convênios e Acordos de Cooperação

Para o aprimoramento de técnicas e procedimentos no desenvolvimento de ações conjuntas de fiscalização o Tribunal de Contas de Santa Catarina tem intensificado a cooperação e a troca de informações com órgãos e entidades cujas atividades estejam envolvidas com o controle de despesas públicas.

A tabela 28 apresenta os convênios e Acordos de Cooperação assinados no ano de 2010.

TABELA 29 – CONVÊNIOS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO

Nº	Tipo	Instituição	Objeto	Valor R\$	Publicação
SEM	TERMO DE COOPERAÇÃO	ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL - ATRICON	COOPERAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES PARA APOIO NA MANUTENÇÃO OPERACIONAL DA SEDE TEMPORÁRIA DA ATRICON JUNTO AO TCE/SC.	SEM	DOTC-e nº461, de 19/03/2010, página 19
SEM	ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU e CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO	ARTICULAÇÃO DE ESFORÇOS, FORMAÇÃO DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS E DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES EM COMUM, POR MEIO DO ESTABELECIMENTO DE COMPROMISSOS E AÇÕES CONJUNTAS, COM O OBJETIVO DE VIABILIZAR O APOIO A AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO NO ÂMBITO DE CADA PARTÍCIPE E A COOPERAÇÃO CONJUNTA PARA ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE REDE DE RELACIONAMENTO ENTRE ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS VOLTADAS PARA A FISCALIZAÇÃO E O CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA.	SEM	DOU nº 63, de 05/04/2010, página 213
SEM	CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO	ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - ENA BRASIL	ESTABELECER E REGULAMENTAR COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL ENTRE A FUNDAÇÃO DE AMPARO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - ENA/BRASIL E O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM O FIM DE VIABILIZAR AÇÕES DE APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO TCE/SC, NAS ÁREAS DE SUA ATUAÇÃO E INTERESSE.	SEM	DOTC-e nº 492, de 07/05/2010, página 15
1º TERMO ADITIVO	TERMO ADITIVO	ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO - ENA BRASIL	ESTABELECER FORMA DE PARTICIPAÇÃO DE DOIS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS NO CURSO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PROMOVIDO PELA ENA BRASIL.	80.000,00	DOTC-e nº 492, de 07/05/2010, página 15

Continua

Continuação

Nº	Tipo	Instituição	Objeto	Valor R\$	Publicação
1º TERMO ADITIVO	TERMO ADITIVO	ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL	PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO PARA 31/12/2010.	SEM	DOU, Nº 100, de 27/05/2010, pág. 162
2/2010	Termo de Convênio	Tribunal de Justiça SC	Estabelecer formas de cooperação entre os participantes para aprimorar o desempenho de suas atividades.	Ressarcimento de R\$ 0,42 por capa de processo impressa pela Gráfica do TJSC	DOCT-e, nº 562, de 16/08/2010, p. 17
03/2010	Termo de Convênio	Secretaria de Estado da Educação	Realizar 1º Concurso Estadual de redação sob o tema " O Tribunal de Contas: Orientar e fiscalizar a aplicação do dinheiro público em favor da sociedade", com alunos do ensino médio das escolas estaduais.	Sem	DOCT-e, nº 576, de 03/09/2010, p. 10
20.103/2010-0	TERMO DE CONVÊNIO	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA	Promover a interligação dos Sistemas Informatizados entre a JUCESC e o TCE/SC, utilizando os recursos tecnológicos disponíveis, visando a consecução de meios de acesso para pesquisas mútuas à base de dados de ambos os sistemas.	SEM	DOE/SC, nº 18.953, de 19/10/2010, p. 5
0028/2010	PROTOCOLO DE INTENÇÕES	SENADO FEDERAL / INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO - ILB	PROMOVER A COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA E CULTURAL E O INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES E EXPERIÊNCIAS, VISANDO À FORMAÇÃO, AO APERFEIÇOAMENTO E À ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA DE RECURSOS HUMANOS, BEM COMO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, MEDIANTE IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE INTERESSES COMUNS.	SEM	DOU/BR, nº 216, de 11/11/2010, p. 445
S/Nº	1º TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	DIVERSOS ÓRGÃOS PÚBLICOS E ENTIDADES, NO ESTADO DE SANTA CATARINA	ARTICULAR AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO, COMBATE À CORRUPÇÃO, CONTROLE SOCIAL E ADESÃO À REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA.	SEM	DOU/BR, nº 222, de 22/11/2010, p. 171
11/2006	2º TERMO ADITIVO /2010	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP	PRORROGA A VIGÊNCIA DO CONVÊNIO ATÉ 31/03/2011. VIGÊNCIA DE 13/04/2006 A 31/03/2011.	SEM	DOU/BR, nº 244/Seção 3, de 22/12/2010, p. 199

Fonte: Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais - DPE

4.6. Ouvidoria

Criada pela Resolução N° TC-28/08, a partir de junho de 2009 a Ouvidoria do TCE/SC passa a poder atender aos cidadãos no tocante às reclamações, críticas, sugestões ou informações sobre atos administrativos e de gestão praticados por agentes públicos.

A criação da Ouvidoria tem como objetivo ampliar a transparência das ações dessa Corte de Contas, bem como possibilitar a participação da sociedade no exercício do controle da administração pública.

Em 2010, a Ouvidoria recebeu 707 manifestações. Destas 58,42% referiam-se a solicitações de informações técnicas e sobre a legislação utilizada pelo TCE, no exercício de suas funções constitucionais, conforme demonstra a Tabela 30

TABELA 30 – Descrição das demandas registradas

Natureza da Demanda	Quantidade	%
Críticas	26	3,68
Sugestões	11	1,56
Reclamações	132	18,67
Solicitações de Informações	413	58,42
Fornecimento de Informações	93	13,15
Outros	32	4,53
Total	707	100,00

Fonte: Ouvidoria

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

Chefia do Gabinete da Presidência
Fábio Batista

Assessor para Assuntos Institucionais
Eduardo Gonzaga de Oliveira

Auditoria Interna
Otto Cesar Ferreira Simões

Diretoria Geral de Controle Externo
Carlos Tramontin

Consultoria Geral
Hamilton Hobus Hoemki

Diretoria de Controle de Licitações e Contratações
Pedro Jorge Rocha de Oliveira

Diretoria de Controle da Administração Estadual
Névelis Scheffer Simão

Diretoria de Controle dos Municípios
Geraldo José Gomes

Diretoria de Controle de Atos de Pessoal
Reinaldo Gomes Ferreira

Diretoria de Atividades Especiais
Kliwer Schmitt

Diretoria Geral de Planejamento e Administração
Edison Stieven

Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais
Luiz Alberto de Souza Gonçalves

Diretoria de Administração e Finanças
José Roberto Queiroz

Diretoria de Informática
Paulo Roberto Riccioni Gonçalves

Secretaria Geral
Francisco Ferreira Filho

Assessoria de Comunicação Social
Lucia Helena Fernandes de Oliveira Prujá

Instituto de Contas
Josiane Aparecida Correa – Diretora Executiva